



RESENHA

A cúpula dos povos na rio+20: suas demandas e propostas

Renato Arnaldo Tagnin¹

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, mobilizou representações de todo o mundo para tratar da transição para a “*economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza*”, em relação à qual, muitos especialistas analisaram potencialidades, riscos e desafios. Dentre esses desafios e riscos para se efetivar as mudanças estruturais necessárias, estaria a superação das assimetrias entre os países desenvolvidos e os demais - emergentes e periféricos -, inclusive no campo da regulação econômica, desenvolvimento tecnológico, direitos de acesso e propriedade intelectual; além do fortalecimento dos governos - para promoverem intervenções e amplas reformas no campo social, econômico e ambiental -, num nível muito superior ao que têm tido na sociedade industrial; mais ainda, se considerados os avanços neoliberais das últimas décadas.

No campo dos movimentos sociais, há forte desconfiança sobre o tipo de mudança que poderia ser promovida pelos mesmos atores – governos e corporações – que, além de agravarem o quadro de insustentabilidade atual, não cumpriram as metas estabelecidas na Agenda 21, nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no Protocolo de Quioto e em tantas outras tratativas. Outras evidências podem ser encontradas também no documento que norteou a conferência², onde se verificou que os chamados *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS* ainda se baseiam largamente na idéia de crescimento econômico nos moldes atuais; além disso, tanto os Estados

¹ Docente do Centro Universitário Senac São Paulo. E-mail: renato.atagnin@sp.senac.br

² [UNITED NATIONS. The future we want. January 10, 2012.](#)



Unidos, como a União Européia declararam preferir o estabelecimento de compromissos voluntários e não vinculantes, a serem concretizados de acordo com a capacidade e vontade de cada país.

Em função de todas essas condicionantes, há o questionamento de estudiosos³ e movimentos sociais em relação às expectativas colocadas sobre a própria *Economia Verde*, caso ela não implique na drástica redução na desigualdade e na alteração nos padrões de consumo, que deve incidir no topo da pirâmide social. Isto, caso se pretenda, efetivamente, buscar a sustentabilidade, atendendo com recursos finitos as demandas básicas e legítimas dos mais pobres, agora e no futuro.

Nesse sentido, foi preparada uma pauta da sociedade civil para a Cúpula dos Povos, organizada como evento paralelo à Rio+20, por meio de um processo amplo de consultas, que envolveu numerosos movimentos sociais e organizações não governamentais, na abordagem de questões que vêm sendo tratadas, também, ao longo de diversas edições do Fórum Social Mundial⁴, como *“Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental”*. Motivando essa perspectiva, está a constatação de um conjunto de fatores, que incluem, mas não se restringem a: i) crises financeiras globais em curso e a especulação incidente nas *commodities* em geral, mais fortemente nos alimentos, provocando sua alta, o que piora o acesso já precário de amplos segmentos sociais em todo o mundo; ii) “remédios” para essa crise, como as políticas recessivas, fundadas em corte de gastos sociais e redução de investimentos, sugeridos por instituições econômicas multilaterais e adotados pelos governos, que têm prejudicado até mesmo populações dos países mais ricos; iii) difusão

³ Como é o caso de Porto-Gonçalves, 2012.

⁴ O Fórum Social Temático 2012, realizado em Porto Alegre, teve como pauta a preparação da Cúpula dos Povos. Disponível em: <http://www.fstematico2012.org.br/index.php?link=24>



ainda mais ampla de padrões - inerentes a esse sistema - como os de consumo crescente de bens ostentatórios, planejados para serem obsoletos, que requerem quantidades crescentes de energia e recursos, degradando bens indispensáveis e; iv) disputa acirrada em torno de condições básicas de sobrevivência, como a terra, a água e os biomas remanescentes, da qual se pode depreender, facilmente, quais são os prejudicados.

Esse conjunto de fatores tem motivado manifestações sociais, em todo o mundo, reivindicando direitos fundamentais e democracia participativa que, na prática, vão sendo dificultados pelos governos. A Cúpula dos Povos, realizada entre 15 e 22 de junho no Rio de Janeiro⁵, deu voz a diversas manifestações, no decorrer de sua realização e nos documentos finais⁶, que evidenciaram as situações a que são submetidos diversos grupos sociais e etnias⁷, em vários países, pela desconsideração de seus valores, preocupações, dificuldades prementes e, mesmo de condições mínimas de sobrevivência. No sentido contrário, é identificado que o agravamento dos problemas hoje enfrentados tem como fonte o sistema em torno do qual vêm se associando e se fortalecendo os poderes constituídos, a classe política e os principais segmentos econômicos.

Como fatores decisivos para que essa assimetria e degradação se ampliem no futuro, são identificados diversos fatores absolutamente conectados, como é o caso da falta de divulgação inequívoca dos cenários, suas ameaças para o conjunto da população e seus protagonistas (em que se destaca o papel da grande mídia); além da falta de 'apetite' dos segmentos beneficiados para mudanças; a não ser aquelas em que figurem oportunidades de mais ganhos – inclusive de imagem - sem alterar sistemas socioeconômicos ou políticos.

⁵A Cúpula se desenvolveu, basicamente, por meio de Atividades autogestionadas (ações organizadas por aqueles que as promovem), plenárias de convergência pré-assembleias, mobilização geral e assembleias.

⁶Acessar os documentos em <http://cupuladospovos.org.br/>.

⁷Movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as familiares e camponeses, trabalhadores/as, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito à cidade, e religiões.



Como pertencente a esse último grupo de mudanças, consideradas palatáveis, foram destacadas nos testemunhos, discussões e documentos da Cúpula como diversas dessas “soluções” avançam sobre populações tradicionais e biomas, ampliando a degradação e a exclusão social, sem deixar de serem consideradas, oficialmente, como “sustentáveis”; como é o caso dos agrocombustíveis e das barragens para geração hidroelétrica. Muitas proposições dos grupos se voltaram, também, contra diversas formas de apropriação privada dos bens comuns, como a água⁸ e territórios ainda preservados⁹. Essas práticas, entre outras, não propiciam grandes expectativas em relação à promessa da economia verde, o mote da Rio+20. Esta, na prática, mostra-se mais voltada à gestão do estoque de recursos naturais por meio da adoção de tecnologias e sistemas de gerenciamento, que à satisfação de quesitos socioambientais, como o resgate da dívida e a reparação dos passivos socioambientais¹⁰; ou a manutenção dos chamados ‘bens comuns’ em condições de equilíbrio ambiental e partilha social, que propiciem o ‘bem viver’¹¹.

⁸ O documento que resultou dos encontros no Pavilhão da água assinalou que “*compartilhamos coletivamente uma visão de mundo onde a água é um bem comum e não uma mercadoria, onde as águas cristalinas da terra dão vida a uma espantosa diversidade de ecossistemas e sociedades humanas. Esta visão afirma a necessidade de relação justa e equilibrada com a mãe terra, que respeite as leis da natureza, mantenha a integridade do ciclo da água e garanta a realização da justiça social e ambiental para todas as pessoas na Terra*” (p.1)

⁹ Na Cúpula foi reafirmada a disposição das organizações e movimentos sociais signatários do documento final, de lutar “*pela garantia da integridade das áreas naturais prioritárias no mundo como forma a defender os direitos da natureza; a existência obrigatória de consultas prévias e informadas, com mecanismos de participação direta das comunidades em áreas de desenvolvimento urbano e rural, que garanta a participação e decisão pública, inclusive o direito a dizer não a um determinado projeto*” (Cúpula dos Povos, p.11)

¹⁰ Esse é o foco das iniciativas, em diversas partes do mundo e reproduzidas na Cúpula pela criação de tribunais que possam dar efetividade a princípios como os da Justiça Social e Ambiental.

¹¹ De acordo com o documento final da Cúpula, “*A economia dos bens comuns é a nossa noção de economia, é a busca por uma sociedade melhor. A solução está aqui. (...) A defesa dos bens comuns passa pela garantia de uma série de direitos humanos e da natureza, pela solidariedade e pelo respeito às cosmovisões e crenças dos diferentes povos, como, por exemplo, a defesa do “Bem Viver” como forma de existir em harmonia com a natureza, o que pressupõe uma transição justa a ser construída com trabalhadores/as e povos. (...) Pensar numa Economia dos Comuns, através de um processo construído*



O rol de propostas encaminhadas na Cúpula para enfrentamento dessa situação é extenso e inclui a difusão de princípios como o da soberania alimentar, e de soluções já praticadas e consideradas exitosas, como a agroecologia, a economia solidária e as tecnologias sociais, entre outras, cuja escala deve ser ampliada em nível proporcional aos desafios. Muitas outras proposições se voltam à luta social contra o sistema político e econômico, considerados geradores dos fatores sistêmicos citados, que subsistem pela falta de transparência e democracia nas decisões fundamentais ao conjunto da população, que não figuram no documento oficial da Rio+20.

O encontro enfrentou dificuldades em atrair grandes contingentes e se inserir mais amplamente na cidade, também em função da multiplicidade e dispersão dos eventos da agenda oficial da Conferência, contrariamente ao que ocorreu no evento paralelo à Rio92. De todo o modo, estabeleceu e fortaleceu conexões entre indivíduos, organizações e movimentos de diferentes etnias e nacionalidades, deu alguma visibilidade a sérias questões enfrentadas por pequenos grupos em diferentes regiões do planeta e a organizações que atuam em amplas redes no nível global. Porém, considerando o que a Conferência oficial produziu¹², como ser rigoroso na avaliação da representatividade e repercussão social da Cúpula?

Depois do documento oficial, já se estruturam movimentos e debates¹³ expressando opiniões opostas àquelas do documento produzido na

de baixo para cima a partir das experiências locais, é vital para os povos retomarem a decisão sobre seu futuro e sua economia.” (Cúpula dos Povos, p.10-12). Para os participantes do Pavilhão das Águas, “Dada a experiência coletiva, a determinação e ampla solidariedade que temos com outros movimentos da Cúpula dos Povos, nos comprometemos a ir além da “economia verde” e construir novos modelos de desenvolvimento onde a harmonia com a natureza é realmente possível.” (p.2)

¹² UNITED NATIONS General Assembly. The future we want. 24 July 2012.

¹³ Como o promovido pela FAPESP, em 23 de agosto de 2012, intitulado “O futuro que não queremos”, parodiando o nome do documento oficial da Rio+20.



Conferência¹⁴. Cabe acompanhar e participar, de forma ativa, para que se estabeleça, a partir de iniciativas como as da “Cúpula dos Povos”, dentre outras que hoje se disseminam pelo mundo, uma correlação de forças menos assimétrica entre movimentos sociais, governos e corporações que, finalmente, privilegie o interesse público e melhore nossas perspectivas e condições de sobrevivência. Afinal, de acordo com diversos notáveis que se manifestaram em reuniões da Cúpula¹⁵, trata-se de estreitar vários abismos que estão se ampliando, como aqueles entre povo e natureza, entre economia e ecologia, entre governos e sociedades e entre segmentos sociais, o que requer o exercício da democracia direta e, conseqüentemente, uma nova atitude em relação aos governantes. Essa motivação foi sintetizada com precisão nas palavras da célebre Gro Brundtland¹⁶, e por uma integrante da Marcha dos Povos¹⁷, que portava um cartaz com a frase: “*quando o povo liderar, os líderes seguirão*”.

Referências

CÚPULA DOS POVOS. Documentos Finais da Cúpula dos Povos na Rio + 20 por Justiça Social e Ambiental – **Em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida. 22 de junho, 2012.** Disponível em <http://cupuladospovos.org.br/2012/06/declaracao-final-da-cupula-dos-povos-na->

¹⁴ Durante a edição do documento final da Rio+20, diversas organizações e personalidades manifestaram sua oposição à afirmação, nele contida, de que houve ampla participação da sociedade civil nas decisões tomadas.

¹⁵ Como Boaventura Souza Santos e Leonardo Boff, entre outros.

¹⁶ Declaração de Gro Brundtland publicada na Revista Página 22: “*As pessoas são mais importantes que as decisões dos governos. Somos nós que devemos chamar os líderes a mudar. Precisamos chacoalhar toda a sociedade. Não é suficiente apenas apoiar líderes. Precisamos ser os próprios líderes e estamos todos juntos nisso*”. Disponível em: <http://pagina22.com.br/index.php/2012/07/agora-e-com-a-gente/>

¹⁷ Trata-se de Tica Minami, que se descreveu como “*jornalista de formação e ativista de coração*”, cuja imagem com o cartaz que segurava na Marcha dos Povos foram capa da Revista Página 22, que a entrevistou. Disponível em: <http://pagina22.com.br/index.php/2012/07/quem-e-a-garota-da-capa/>



[rio20-2/](#)

CÚPULA DOS POVOS. Declaração do Pavilhão Azul: água é bem comum. 21 de junho de 2012. **Disponível em**

<http://cupuladospovos.org.br/2012/07/declaracao-do-pavilhao-das-aguas-na-cupula-dos-povos/>

FGV. Centro de Estudos Para a Sustentabilidade da EAS – GVces. Página 22. Edição 65. Julho de 2012. Disponível em http://pagina22.com.br/wp-content/uploads/2012/07/Pagina22_ed66.pdf

FÓRUM SOCIAL TEMÁTICO 2012, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.fstematico2012.org.br/index.php?link=24>

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Sustentando a Insustentabilidade: Comentários à Minuta Zero do documento base de negociação da Rio+20. 2012. Disponível em

http://www.posgeo.uff.br/sites/default/files/sustentando_a_insustentabilidade_-_texto_de_carlos_walter_-_rio_20.pdf

UNITED NATIONS. The future we want. January 10, 2012. Disponível em <http://www.uncsd2012.org/rio20/content/documents/370The%20Future%20We%20Want%2010Jan%20clean.pdf>

UNITED NATIONS General Assembly. The future we want. 24 July 2012. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N12/436/88/PDF/N1243688.pdf?OpenElement>